

Documento Base



DOCUMENTO BASE

Nome da entidade formadora

Escola Profissional de Almada

Morada e contactos da entidade formadora

Av. Aliança Povo-MFA, Margueira, 2800-253 ALMADA (Frente aos estaleiros da Lisnave)

Telefone: 212 739 280 / 1

Email: geral@epalmada.pt

Site: epalmada.pt

Nome, cargo e contactos do responsável da entidade formadora

Jorge Sintra

Diretor

jorgesintra@epalmada.pt

Índice

INTRODUÇÃO.....	4
PARTE 1 - A ESCOLA PROFISSIONAL DE ALMADA.....	5
1. Referência histórica	5
2. Enquadramento legal	7
3. Meio envolvente.....	8
4. Missão, visão e objetivos estratégicos	8
5. Estrutura orgânica/organograma.....	10
6. Stakeholders relevantes para a gestão e melhoria da oferta de EFP.....	15
7. Identificação da oferta formativa	15
8. Diagnóstico da situação face aos referentes no processo de alinhamento com o quadro EQAVET.....	18
9. Opções a tomar no processo de alinhamento, considerando os objetivos estratégicos da instituição	18
PARTE 2- SISTEMA DE GARANTIA DE QUALIDADE.....	20
1. Metodologias de participação dos stakeholders na melhoria contínua da oferta de EFP	20
2. Definição dos objetivos e metas a alcançar na gestão de oferta de EFP.....	22
3. Definição dos indicadores a utilizar face aos objetivos e metas a alcançar na oferta de EFP.....	24
4. Identificação dos descritores EQAVET a utilizar face aos objetivos e metas a alcançar na gestão da oferta de EFP	24
5. Explicitação das metodologias de recolhas de dados e feedback relativos aos indicadores e descritores em uso na gestão da oferta de EFP	32
6. Explicitação das estratégias de monitorização dos processos e resultados na gestão da oferta de EFP.....	32
7. Explicitação das metodologias para análise contextualizada dos resultados alcançados e definição de melhorias a introduzir na gestão EFP	35
8. Definição da informação a disponibilizar relativa à melhoria contínua da oferta de EFP, sua periodicidade e formas de divulgação	36
9. Estratégia de Comunicação e Divulgação dos Resultados	37
PARTE 3- CONCLUSÃO	37

INTRODUÇÃO

A prestação de um serviço de qualidade tornou-se desde a criação da Escola Profissional de Almada (EPA) um princípio e um objetivo a alcançar. Com a integração neste modelo de alinhamento do sistema de garantia de qualidade (Quadro EQAVET), direcionado para o ensino profissional e em concordância com as políticas nacionais e europeias, a EPA pretende elevar o seu nível de desempenho, responder às necessidades dos seus parceiros e afirmar-se cada vez mais como uma escola de referência a nível local, regional e nacional.

Procurando consolidar o compromisso em relação ao ensino de qualidade que ministra, a EPA considera ser de grande importância o seu reconhecimento e certificação EQAVET, procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei 92/2014, de 20 de junho, que no seu artigo 60 prevê a implementação de sistemas de garantia da qualidade dos processos formativos e dos resultados obtidos pelos seus alunos, articulados com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade na Educação e Formação Profissional.

Estes tempos excecionais em que vivemos devido à pandemia causada pelo vírus COVID-19 tiveram um grande impacto na educação e, consequentemente, ao nível dos procedimentos e gestão escolar. Este documento base, elaborado no âmbito da implementação do processo de alinhamento, pretende ser um documento dinâmico, que promova a melhoria contínua e uma reflexão constante e participada sobre os processos e os resultados do serviço educativo da Escola Profissional de Almada também neste contexto pandémico. Nele, a EPA firma mais uma vez o seu compromisso de qualidade do ensino profissional, enquanto oferta formativa, e, simultaneamente, no âmbito da sua autonomia e competências, explana o processo de alinhamento das suas práticas com o Quadro EQAVET.

O documento base está organizado em três partes: a primeira procede à apresentação e caracterização a EPA, bem como das opções a adotar no processo de alinhamento com o Quadro EQAVET; a segunda parte é dedicada à análise e fundamentação de todos os procedimentos já concretizados, assim como aqueles a instituir no âmbito da implementação do Sistema de Qualidade. Por último, a terceira e última parte apresenta algumas reflexões finais sobre todo o processo de elaboração deste documento.

PARTE 1 - A ESCOLA PROFISSIONAL DE ALMADA

1. Referência histórica

A Escola Profissional de Almada - EPA - é herdeira de um historial de experiência na área da formação profissional, remontando ao início dos anos 70.

Com a construção dos estaleiros da Margueira, em 1966, na época um dos maiores estaleiros do mundo, a Lisnave-Estaleiros Navais de Lisboa, S.A., teve necessidade de criar um Centro de Formação para os seus trabalhadores.

Inaugura-se assim, a 23 de junho de 1970, nas instalações onde hoje funciona a EPA, o Centro de Formação Manoel de Mello (Escola da Lisnave), o qual viria a permitir a formação profissional de 3000 operários por ano nos domínios da metalomecânica, soldadura, montagem de estruturas metálicas, tubagens e serralharia mecânica. Nenhum operário entrava nos estaleiros da Margueira sem passar por esta Escola, à qual voltaria mais tarde em sucessivas fases de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional. Pela sua qualidade, foi reconhecida a nível nacional e internacional, como uma escola modelo naquelas áreas de formação. A par da formação profissional, promoveu desde sempre a valorização pessoal dos seus trabalhadores, pelo que a Escola, numa época em que imperava o analfabetismo, facultou a muitos operários a obtenção do diploma da 4ª classe (então, escolaridade obrigatória), mais tarde do Ensino Preparatório e do Ensino Secundário.

Em 1992, a Lisnave abre à comunidade envolvente, local e regional, a sua estrutura de formação para a preparação de jovens com vista à sua inserção na vida ativa. Através da celebração de um contrato-programa com Ministério da Educação em 16 de outubro, a Lisnave cria a Escola Profissional de Almada, a qual inicia as suas atividades em 16 de novembro de 1992 com duas turmas: “Operadores de Mecânica/Manutenção Industrial” e “Técnicos de Planeamento e Gestão de Produção”. No ano seguinte deu-se início a novos cursos, nomeadamente, Técnicos de Eletromecânica/Manutenção Industrial e de Mecatrónica.

Em 1993, dá-se início ao processo de reestruturação da Lisnave. No contexto dos contratos celebrados em 31 de dezembro desse mesmo ano entre o Estado Português, a LISNAVE - Estaleiros Navais de Lisboa, S. A., e as instituições credoras desta empresa, foi acordado o plano de reestruturação da LISNAVE, o qual integrava um conjunto de medidas de exceção e de emergência indispensáveis à recuperação da atividade de reparação naval, sustentadas no quadro da Diretiva Comunitária n.º 90/684/CEE, de 21 de Dezembro, relativa aos auxílios à construção naval.

As dificuldades entretanto surgidas com a execução do referido plano de reestruturação conduziram a LISNAVE a uma situação difícil, o que determinou a adoção das Resoluções do Conselho de Ministros n.os 181/96, de 4 de Novembro, e 4/97, de 11 de Janeiro, nas quais o Governo decidiu introduzir ajustamentos significativos ao plano de reestruturação em curso, a corporizar através de um acordo global a negociar com o Grupo José de Mello que permitisse a viabilização de uma empresa operadora no setor da reparação naval e a articulação desta com uma empresa de prestação de serviços.

Na sequência do deliberado nas referidas resoluções, foi celebrado, em 1 de Abril de 1997, o protocolo de acordo de reestruturação da LISNAVE - Estaleiros Navais de Lisboa, S. A., entre o Estado e o Grupo José de Mello, no qual foi previsto um complexo conjunto de medidas, tendo em vista permitir, por um lado, o saneamento financeiro da empresa em causa e, por outro, a reorganização e modernização do sector da construção e da reparação naval.

No âmbito do referido protocolo, foi acordada a transformação da LISNAVE - Estaleiros Navais de Lisboa, S. A., numa empresa de prestação de serviços, de capitais maioritariamente públicos, que passou a denominar-se GESTNAVE - Prestação de Serviços Industriais, S. A., à qual, no âmbito da reorganização dos recursos humanos prevista no plano social constante do mesmo protocolo, foi confiada a missão de assegurar a prestação de serviços industriais a uma nova empresa operadora de reparação naval.

Através desse protocolo, o Estado transfere para o recém-constituído Fundo Margueira Capital (Fundo de Investimento Imobiliário Fechado), os terrenos e edifícios integrados no Estaleiro da Lisnave/Margueira. Como consequência, as instalações da Escola Profissional de Almada passam para a propriedade do referido Fundo, continuando a Lisnave como sua entidade promotora. A GESTNAVE, empresa de capitais públicos, juridicamente herdeira, em termos formais e fiscais, da Lisnave Estaleiros Navais de Lisboa, S.A. e de um conjunto de diversas empresas do Grupo Mello, assume o estatuto de entidade promotora da Escola Profissional de Almada. Em janeiro de 2000, a Gestnave passa de entidade promotora a entidade proprietária da escola na sequência do Decreto-Lei nº 4/98 que alterou o regime jurídico das escolas profissionais.

Face ao desequilíbrio económico-financeiro da Gestnave, o Conselho de Ministros aprova a Resolução nº 39/2003, de 17 de março, a qual dá início ao processo conducente à dissolução da empresa, reconhecendo expressamente a necessidade de se encontrarem soluções que viabilizem a continuidade da Escola Profissional de Almada: *"Considerando a situação da Escola Profissional de Almada e a manter-se a situação atrás descrita, ela virá, num futuro próximo, a acarretar para o Estado encargos que são absolutamente indefensáveis numa lógica de equidade na prossecução do*

interesse público e, consequentemente, impõe-se a adoção urgente de medidas que, sem prejuízo dos compromissos anteriormente assumidos pelo Estado, seja no plano social seja no plano da viabilização da indústria da construção naval, permitam encontrar soluções que não ponham em causa uma justa e proporcionada afetação dos dinheiros públicos". Na sequência desta Resolução, o Diretor da EPA é formalmente mandatado pelo Administrador Único da Gestnave (Deliberação de 1 de setembro de 2004) para liderar o processo conducente à transferência da propriedade da escola para uma nova entidade suscetível de garantir a sua continuidade, fora do contexto da Gestnave.

Após contactos com empresas, associações empresariais, grupos parlamentares, entidades governamentais e autarquia de Almada, a propriedade da Escola Profissional de Almada é transferida em 1 de maio de 2007 para uma associação, a PROFORAL- Associação para a Promoção de Formação Profissional de Almada, mediante acordo celebrado com a Gestnave, assegurando assim a continuidade da escola. A Gestnave viria a cessar a sua atividade em 31 de dezembro de 2007.

A PROFORAL, associação de direito privado sem fins lucrativos, criada por escritura pública em 22 de Abril de 2004 por iniciativa da Direção da Escola em conjunto com um grupo de colaboradores, refere expressamente nos seus Estatutos: *"A Associação visa garantir as condições necessárias para que a EPA continue a realizar um trabalho marcante no âmbito do ensino e formação profissional e a dimensionar-se de forma a desempenhar um papel cada vez mais abrangente, a favor do Concelho de Almada e da sua população."*

2. Enquadramento legal

A Escola Profissional de Almada é uma instituição de ensino privado, regulada pelo Regime Jurídico das Escolas Profissionais, Decreto-Lei 92/2014.

A **Autorização Prévia de Funcionamento nº 171** foi concedida à **Escola Profissional de Almada** em 19 de abril de 2007 pelo Ministério da Educação (Direção Regional de Educação de Lisboa), já no âmbito da **PROFORAL- Associação para a Promoção de Formação Profissional de Almada**, entidade proprietária da EPA, nos termos do Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro.

3. Meio envolvente

A Escola Profissional de Almada situa-se no Concelho de Almada, localizado na margem esquerda do rio Tejo, fazendo fronteira com o concelho do Seixal a Este, com o concelho de Sesimbra a Sul, e estando a sua zona Oeste rodeada pelo Oceano Atlântico. Este concelho, pertencendo ao distrito de Setúbal e Área Metropolitana de Lisboa, tem uma área total de 72 Km², cerca de 174 030 habitantes (in censos 2011), distribuídos por 5 freguesias, União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, União das Freguesias de Caparica e Trafaria, União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, Freguesia da Costa da Caparica e União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó. De 2001 para 2011 a população residente no concelho aumentou mais de 8% embora na faixa etária dos 14 aos 19 anos tenha diminuído 0,9% (in censos 2011).

A proporção da população com ensino superior ou pós-secundário fixou-se no ano de 2011 em 16%, enquanto que em 2001 era de 10%. No mercado de trabalho, as atividades dos serviços concentram 84% da população empregada, a indústria 15,3% e a agricultura 0,7% (Território e População | Retrato de Almada segundo os censos 2011, da CMA, 2014).

4. Missão, visão e objetivos estratégicos

Por muitos desafios que esta situação pandémica tenha imposto, a Missão, Visão e Objetivos Estratégicos da EPA não se alteraram, pois constituem os pilares da instituição como escola. Sempre focando a atenção nas políticas de desenvolvimento regional e nas mudanças de paradigma do mundo do trabalho, o propósito da EPA é impulsionar a qualidade, a inovação, o compromisso social e garantir o futuro sustentado.

A Missão da EPA é a formação humana e profissional dos seus alunos, através de um processo de ensino/aprendizagem de qualidade e acreditado, centrado no estudante, assumindo compromissos com a comunidade e instituições, fazendo da Escola um agente ativo do desenvolvimento local e regional, promovendo dinâmicas facilitadoras da inserção dos seus diplomados na vida ativa.

Para dar cumprimento à sua Missão, a Escola firma o desenvolvimento da sua ação em princípios e valores refletidos nas opções estratégicas, tomada de decisão e práticas pedagógicas:

- *Qualidade* – caminho para a excelência, através do aperfeiçoamento de processos internos, da atualização tecnológica e da qualificação dos colaboradores;
- *Inovação* – transformação sistemática no sentido de melhorar o presente para assegurar o futuro;

- *Cidadania* – responsabilidade e consciência social, expressas no exercício dos direitos e deveres que resultam da pertença à comunidade e do desenvolvimento do espírito crítico;
- *Tolerância* – entendimento do “outro”, afirmação do pluralismo através da participação social.

A Escola Profissional de Almada adota uma Visão que aposta numa oferta formativa diversificada, de qualidade reconhecida, que responda aos desafios colocados pelo mercado de trabalho e pelos vários públicos, promovendo a formação integral do aluno, em conhecimentos, competências e valores, fomentando a capacidade de autoaprendizagem, a adaptabilidade à mudança e uma boa integração social.

A EPA pretende construir-se constantemente como um espaço formativo ativo e dinâmico, onde os seus alunos possam de forma efetiva obter sucesso, desempenhando com rigor técnico as suas profissões e exercendo responsável e ativamente a sua cidadania.

Com base nos seus princípios gerais, na sua Missão e Visão, a EPA assume os **seguintes objetivos estratégicos**:

- Organizar a oferta formativa em função das necessidades da sociedade identificando as necessidades de novas ofertas e reestruturando as existentes;
- Promover ofertas formativas de dupla certificação, formação para adultos, empregados e desempregados, e para empresas;
- Dotar os alunos de competências ao nível da cidadania e da autoaprendizagem, proporcionando-lhes preparação adequada para um exercício profissional qualificado, promovendo a capacidade de adaptação à mudança;
- Desenvolver mecanismos de aproximação entre a Escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais, do respetivo tecido social;
- Alinhar a sua ação com o Quadro EQAVET.

5. Estrutura orgânica/organograma

Em termos organizacionais e funcionais, a Escola Profissional de Almada organiza-se de acordo com o organograma abaixo apresentado, que assenta nos diversos órgãos de Direção e gestão, de orientação, supervisão e pedagógica, e de gestão, e nas estruturas de organização pedagógica, entre outras estruturas.

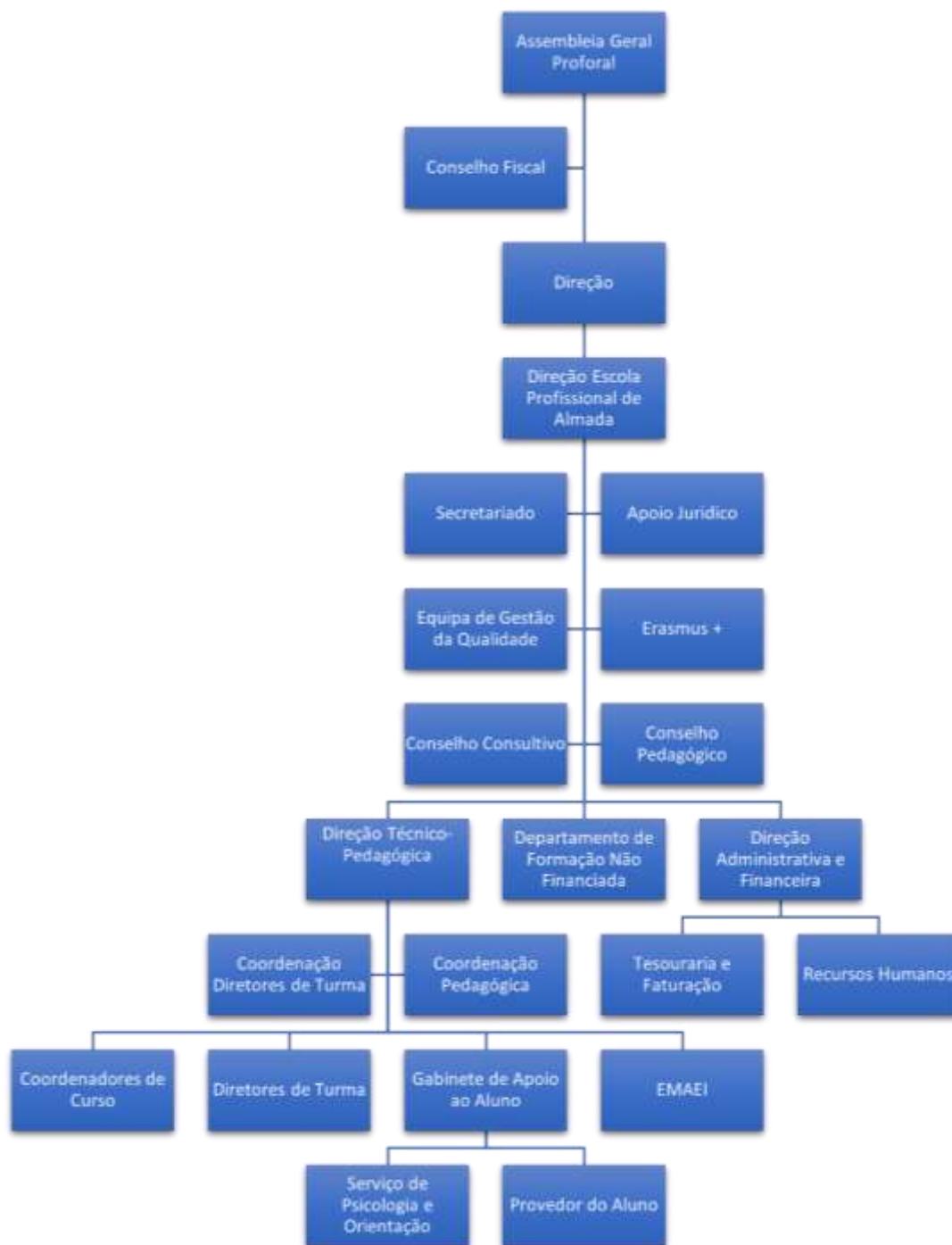


Fig.1 Organograma da Escola Profissional de Almada

A estrutura orgânica, definida nos seus estatutos e regulamento interno, assenta nos seguintes órgãos, com as seguintes competências:

a) Direção

- Proceder à gestão corrente da Escola;
- Garantir a qualidade dos processos de funcionamento;
- Desenvolver iniciativas que integrem a Escola Profissional no meio social, cultural e empresarial;
- Garantir a realização de estágios curriculares;
- Promover a integração e a realização pessoal e profissional dos alunos;
- Aprovar o Projeto Educativo, o Regulamento Interno e o Plano Anual de Atividades;
- Adotar metodologias de avaliação dos processos de funcionamento;
- Executar e implementar as deliberações tomadas pela Entidade Proprietária;
- Informar a Entidade Proprietária sobre os assuntos relacionados com a Escola;
- Admitir o pessoal docente e não docente;
- Nomear, sob proposta, os Coordenadores de Curso, o Coordenador Pedagógico, o Coordenador de Projetos, os Diretores de Turma e os Professores Acompanhantes das PAPs;
- Exercer a ação disciplinar.

b) Direção Técnico – Pedagógica

- Organizar e oferecer os cursos e demais atividades de formação e certificar os conhecimentos adquiridos;
- Conceber e formular, sob orientação da Entidade Proprietária, o Projeto Educativo da Escola Profissional, adotar os métodos necessários à sua realização, assegurar e controlar a avaliação de conhecimento dos alunos e realizar práticas de inovação pedagógica;
- Conceber e reformular o Regulamento Interno;
- Representar a Escola Profissional junto do Ministério da Educação em todos os assuntos de natureza pedagógica;
- Planificar as atividades curriculares;

- Promover o cumprimento dos planos e programas de estudo;
- Garantir a qualidade de ensino;
- Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos professores e alunos da escola;
- Elaborar os horários e organizar as turmas;
- Planificar as atividades de formação em contexto de trabalho;
- Propor à Direção a admissão e exoneração do pessoal docente;
- Propor à Direção, para designação, os Coordenadores de Curso, o Coordenador Pedagógico, o Coordenador de Projetos e os Diretores de Turma;
- Exercer a ação disciplinar relativa a formandos.

c) Direção Administrativa e Financeira

- Implementar uma política administrativa/financeira, coordenando os seguintes setores: Contabilidade, Tesouraria e Recursos Humanos.
- Apresentar, para aprovação da Direção, no início de cada ano civil, um relatório de atividades e contas do exercício anterior;
- Efetuar o controlo orçamental e de tesouraria;
- Assegurar as candidaturas aos financiamentos dos vários programas a que a EPA se candidata.

d) Conselho Consultivo

- Emitir parecer sobre questões determinantes para o futuro da EPA, suscitadas pelos órgãos de Direção da Escola ou pela Entidade Proprietária.

e) Conselho Pedagógico

- Propor alterações e emitir parecer sobre o Projeto Educativo da Escola, o Regulamento Interno e o Plano Anual de Atividades;
- Propor e analisar projetos, ações de formação e protocolos de índole educativa com instituições nacionais e internacionais;
- Emitir parecer sobre o processo de avaliação dos formadores;
- Elaborar proposta e emitir parecer nos domínios da implementação de currículos e programas;

- Definir os critérios e procedimentos de avaliação, que tenham em conta a dimensão integradora da avaliação, as condições de desenvolvimento personalizado do processo de ensino-aprendizagem, a dimensão transdisciplinar das atividades desenvolvidas, as competências transversais a todo o plano de estudos, as atividades de apoio educativo e a promoção de projetos de ligação entre a Escola, a Comunidade e o Mundo do Trabalho;
- Propor, analisar e emitir parecer sobre procedimentos a adotar de forma a proporcionar um desenvolvimento personalizado do processo de ensino/aprendizagem e uma dimensão transdisciplinar das atividades a desenvolver no Plano de Atividades;
- Elaborar propostas e emitir parecer sobre atividades de apoio educativo;
- Apoiar a integração dos alunos na comunidade escolar, colaborando com outros órgãos da Escola;
- Apoiar e incentivar as iniciativas dos alunos no que respeita a atividades de índole formativa e cultural;
- Emitir parecer por sua iniciativa, ou quando solicitado, sobre qualquer matéria de natureza pedagógica;
- Propor os Professores Acompanhantes das Provas de Aptidão Profissional;
- Aprovar os projetos das Provas de Aptidão Profissional;
- Emitir parecer sobre atos de natureza disciplinar quando solicitado pela Direção.

f) Equipa Gestão da Qualidade

- Promover uma cultura de garantia e melhoria contínua da qualidade dos serviços;
- Garantir a articulação da política de garantia e melhoria contínua da qualidade com os objetivos estratégicos da EPA;
- Promover a adoção de procedimentos e práticas associadas às quatro fases do ciclo de qualidade;
- Recolher dados, analisá-los e propor melhorias a integrar planos futuros;
- Obter o selo EQAVET.

g) Gabinete de Apoio ao Aluno

O Gabinete de Apoio ao Aluno tem como objetivo geral assegurar o acompanhamento dos alunos ao longo do processo educativo, bem como o apoio ao desenvolvimento do sistema de relações interpessoais na Escola e entre esta e a comunidade, contribuindo para a igualdade de oportunidades, para a promoção do sucesso educativo e para a aproximação entre a família, a Escola e o mundo profissional. Este compreende o Gabinete de Psicologia Orientação Escolar e o Provedor do Aluno.

Gabinete de Psicologia e Orientação Escolar

- Proporcionar apoio psicopedagógico individual ou em grupo a partir da dinamização de atividades mais alargadas que apresentem problemáticas com os quais os alunos se identificam e que se considerem pertinentes no momento em que ocorrem;
- Participar na definição e concretização de medidas de apoio educativo para alunos abrangidos pelo decreto-lei 54/ 2018;
- Colaborar, na área de especialidade, com outros órgãos/serviços/projetos da Escola, através de estratégias articuladas com os vários intervenientes da Comunidade Educativa, bem como outras entidades e serviços especializados do meio envolvente.

Provedor do Aluno

- Defender, de forma independente, a promoção dos direitos e interesses dos estudantes no âmbito da EPA.
- Fazer recomendações genéricas tendo em vista acautelar os interesses dos estudantes, nomeadamente no domínio da atividade pedagógica e da ação social Escolar;
- Avaliar a pertinência de sugestões e críticas, elaborando as recomendações que delas decorrerem;
- Contribuir, de forma imparcial, para a resolução de conflitos decorrentes de situações de ensino-aprendizagem;
- Emitir parecer sobre quaisquer matérias relacionadas com os estudantes, a pedido de qualquer órgão da EPA;
- Emitir parecer sobre ações a desenvolver na melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- Colaborar ativamente nas atividades relacionadas com a promoção da qualidade do ensino na EPA.

6. Stakeholders relevantes para a gestão e melhoria da oferta de EFP

Os stakeholders, enquanto partes interessadas nos processos e resultados da Escola, têm de ser ativamente envolvidos em torno dos objetivos da EPA. Assim, no âmbito da implementação deste Projeto de Garantia da Qualidade na Educação e Formação Profissional, contamos com stakeholders internos e externos.

Os stakeholders internos são todos os recursos humanos da EPA, desde: Direção, Direção Pedagógica, Coordenadores de Curso, Equipa Multidisciplinar, Gabinete de Apoio ao Aluno (Serviço de Psicologia e Orientação e Provedor do Aluno), Diretores de Turma, Professores/formadores dos diversos Conselhos de Turma, os alunos e o pessoal não docente.

Os stakeholders externos integram as famílias dos alunos - com quem a Escola estabelece uma parceria fundamental e insubstituível para o desenvolvimento dos alunos - instituições públicas e privadas que em cooperação com a Escola estreitam as relações entre a formação e o mundo do trabalho, apoiando e enriquecendo as práticas pedagógicas adotadas. É de destacar ainda a relevância de Instituições de Solidariedade que com a EPA cooperam no sentido de dar respostas a problemas sociais emergentes.

Os stakeholders intervirão em vários momentos do ciclo de qualidade, de acordo com os seus interesses, num diálogo contínuo e regular.

7. Identificação da oferta formativa

A **Oferta Formativa Autorizada** resulta do teor da *Autorização Prévia de Funcionamento nº 171* e dos sucessivos “Aditamentos”, entretanto outorgados pelo Ministério da Educação.

Assim, no reconhecimento da sua capacidade técnica, laboratorial, material e humana, a EPA está credenciada para um conjunto de 19 Cursos Profissionais (Nível 4 – 12º Ano), distribuídos por 10 Áreas de Formação distintas.



OFERTA FORMATIVA AUTORIZADA

Ciências Informáticas - Programador de Informática - Técnico de Informática de Gestão - Técnico de Informática – Sistemas Construção e Reparação de Veículos a Motor - Técnico de Manutenção Industrial (variante de Mecatrónica Automóvel) Contabilidade e Fiscalidade - Técnico de Contabilidade Eletricidade e Energia - Técnico de Energias Renováveis (variantes de Sistemas Solares, Sistemas Eólicos, Sistemas de Bioenergia) - Técnico de Frio e Climatização - Técnico de Instalações Elétricas	Eletrónica e Automação - Técnico de Eletrónica, Automação e Comando - Técnico de Mecatrónica Gestão e Administração - Técnico de Gestão Hotelaria e Restauração - Técnico de Receção Hoteleira Metalurgia e Metalomecânica - Técnico de Manutenção Industrial (variantes de Eletromecânica e Aeronaves) - Técnico de Soldadura Saúde - Técnico Auxiliar de Saúde Turismo e Lazer - Técnico em Animação de Turismo
--	---

Fig. 2 Oferta Formativa Autorizada

Assim, atualmente (ano letivo 2020-2021) a EPA oferece aos seus alunos cursos profissionais de nível IV das áreas de formação prioritárias identificadas. São eles:

ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	CURSO PROFISSIONAL	SIGLA	N.º DE TURMAS	N.º DE ALUNOS
523 - Eletrónica e Automação	Técnico de Eletrónica, Automação e Comando	TEAC	3	68
525 - Construção e reparação de veículos a motor	Técnico de Mecatrónica Automóvel	TMA	4	104
812 - Turismo e Lazer	Técnico/a em Animação de Turismo	TAT	3	78
481 - Ciências Informáticas	Técnico/a de Informática - Sistemas	TIS	2	55

No ano letivo 2019-2020, a oferta formativa foi a seguinte:

ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	CURSO PROFISSIONAL	SIGLA	N.º DE TURMAS	N.º DE ALUNOS
523 - Eletrónica e Automação	Técnico de Eletrónica, Automação e Comando	TEAC	3	64
525 - Construção e reparação de veículos a motor	Técnico de Mecatrónica Automóvel	TMA	5	118
812 - Turismo e Lazer	Técnico/a em Animação de Turismo	TAT	2	53
481 - Ciências Informáticas	Técnico/a de Informática - Sistemas	TIS	1	29

No ano letivo 2018-2019, a oferta formativa foi a seguinte:

ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	CURSO PROFISSIONAL	SIGLA	N.º DE TURMAS	N.º DE ALUNOS
521 - Metalurgia e metalomecânica	Técnico de Manutenção Industrial (variante Eletromecânica)	TMIE	1	17
523 - Eletrónica e Automação	Técnico de Eletrónica, Automação e Comando	TEAC	3	60
525 - Construção e reparação de veículos a motor	Técnico de Mecatrónica Automóvel	TMA	6	140
812 - Turismo e Lazer	Técnico/a em Animação de Turismo	TAT	1	27



Fig.3 Alunos de alguns cursos ministrados na EPA

8. Diagnóstico da situação face aos referentes no processo de alinhamento com o quadro EQAVET

A avaliação interna, em que relatórios e balanços de atividade são regularmente solicitados aos diversos intervenientes da Escola, é uma prática há muito implementada. Ainda que sem um modelo formalizado de gestão de qualidade, a Direção da Escola sempre esteve ciente de todos os seus resultados avaliativos, dando-os a conhecer em reuniões gerais de professores. Assim, muitos dos aspetos a melhorar têm vindo a ser perfeitamente identificados, procedendo-se, inclusivamente, à implementação de estratégias de melhoria, com vista a minimizar o impacto daqueles.

Quando a situação pandémica obrigou a uma rápida transição para um regime a distância, a EPA elaborou desde logo o seu “Plano de Ação Estratégica e de Desenvolvimento Curricular” por forma a dar resposta a este enorme desafio. Esse Plano, enquanto ferramenta de gestão, de procedimentos e práticas, foi alicerçado numa reflexão e consciência global da Escola de que é necessário continuamente adotar práticas de melhoria contínua e que consigam responder às exigências do momento.

Posteriormente, de acordo com orientações do Ministério da Educação, baseado no Plano de Ação Estratégica e de Desenvolvimento Curricular foi elaborado e implementado o “Plano de E@D” (Ensino a Distância) que pretende ser um guia de operacionalização de práticas nesta modalidade de ensino.

9. Opções a tomar no processo de alinhamento, considerando os objetivos estratégicos da instituição

A “Garantia da Qualidade nas Modalidades de Dupla Certificação – Um Guião para Operadores de Educação e Formação Profissional”, de 2005, a par do “Guia para o Processo de Alinhamento com o Quadro EQAVET”, de 2020, da ANQEP são documentos instrutores considerados nas tomadas de decisão no que concerne a este processo de certificação. Nesta primeira fase de planeamento, consideraram-se quatro áreas de intervenção específicas na garantia e melhoria da qualidade do EFP que são: a cultura de gestão, abordagens que refletem o contexto dos operadores, o apoio à formação dos recursos humanos e o envolvimento das partes interessadas. Mais uma vez importa contextualizar estas áreas de intervenção com a época pandémica que vivemos e que obriga à adoção de um regime de ensino a distância.

Assim, neste processo de alinhamento com o Quadro EQAVET, a EPA pretende:

- **Promover o sucesso escolar dos nossos alunos:**

- a) tornar a escola cada vez mais atrativa, fomentando cada vez mais a componente prática e de projeto, com a qual os alunos se identifiquem;
- b) estimular a participação ativa dos alunos nos projetos de turma;
- c) apoiar e orientar alunos através do programa de Tutoria;
- d) promover o espírito de entreajuda e de voluntariado pelo Programa de Mentoria;
- e) estruturar planos de recuperação/consolidação de aprendizagens for forma a reduzir os módulos em atraso;
- f) proporcionar o apoio psicopedagógico pelo Gabinete de Psicologia;
- g) promover os direitos e interesses dos alunos de forma independente pelo Provedor do Aluno;
- h) promover a diversificação de instrumentos de avaliação;
- i) generalizar a avaliação formativa como modalidade privilegiada da avaliação e forma de garantia de aprendizagem;
- j) reconhecer e celebrar as atitudes cívicas e as conquistas dos alunos;
- k) incentivar projetos de turma interdisciplinares;
- l) promover o recurso à plataforma Moodle (como espaço online de partilha de referências, realização e entrega de trabalhos);
- m) articular com entidades de cariz social externas;
- n) promover a empregabilidade e empreendedorismo;
- o) fomentar o prosseguimento de estudos;
- p) desenvolver nos alunos a literacia digital e financeira.

- **Promover a generalização de práticas pedagógicas inovadoras que fomentem o gosto pela investigação e inovação e o estímulo da autonomia e do pensamento crítico:**

- a) promover a utilização pedagógica de recursos tecnológicos em sala de aula;
- b) incitar ao uso dos recursos tecnológicos como meios de apoio ao trabalho autónomo;
- c) estimular a prática de aprendizagens entre pares;
- d) promover o trabalho colaborativo quer entre professores quer entre alunos;
- e) fomentar a utilização dos Laboratórios de Aprendizagem existentes na Escola (fruto de investimento específico na área de cada curso);

- **Afirmar a EPA como referência na comunidade e no tecido empresarial**

- a) apostar no estabelecimento de novas parcerias ao nível local e regional no setor empresarial;
- b) investir na internacionalização da Escola, nomeadamente através do projeto Erasmus+ e outros, visando permitir aos alunos o acesso a várias práticas laborais, culturas e conhecimentos como consequência da globalização que o contexto atual impõe.

PARTE 2- SISTEMA DE GARANTIA DE QUALIDADE

1. Metodologias de participação dos stakeholders na melhoria contínua da oferta de EFP

A Escola Profissional de Almada possui a consciência de que na base deste processo de garantia e melhoria contínua da qualidade está uma estreita colaboração e articulação entre os diversos intervenientes. É por isso fundamental fomentar um diálogo participativo e dinâmico entre todos, respeitando o seu nível e momento de intervenção, bem como a responsabilidade de cada um.

Assim, de seguida procura-se, de forma sucinta, explicitar o papel dos stakeholders, nomeadamente ao nível das suas responsabilidades, momentos de envolvimento e evidências de colaboração. Para além disso, importa salientar que estas responsabilidades foram ainda mais ampliadas pela situação pandémica que atualmente se vive.

Assim, para os Stakeholders internos com envolvimento total:

Designação	Responsabilidades	Momento de envolvimento	Evidências do envolvimento
Direção	• Definição/ acompanhamento dos objetivos estratégicos da Escola • Garantia da qualidade	Todos (planeamento, implementação, avaliação e revisão)	Envolvimento diário
Alunos	• Definição de objetivos e metas • Cumprimento dos deveres dos alunos • Colaboração nos questionários de avaliação anual e nos pós-curso	Planeamento, implementação e avaliação Ao longo do ano letivo	Inquéritos (Avaliação anual da escola, após a conclusão do curso) Envolvimento diário
Colaboradores não docentes	• Acautelar os interesses dos alunos e da escola	Implementação	Envolvimento diário

Para os Stakeholders externos com envolvimento parcial:

Designação	Responsabilidades	Momento de envolvimento	Evidências do envolvimento
Encarregados de Educação	• Dar feedback sobre o desempenho e atuação da Escola • Acompanhamento do processo educativo	Planeamento, Avaliação Implementação	Inquérito de Avaliação anual da escola Reuniões trimestrais com DT
Empresas acolhedoras de estágios	• Apoiar o desenvolvimento dos estágios do processo educativo e contribuir para a formação técnica e pessoal dos alunos • Avaliar a Escola	Implementação Avaliação	Dossiê de estágio Avaliação do estágio
Empregadores	• Definir objetivos e metas • Potenciar a empregabilidade dos alunos	Planeamento e Implementação Avaliação	Reunião Conselho consultivo Inquérito de Satisfação dos empregadores
Parceiros Institucionais	• Apoiar e enriquecer as práticas pedagógicas • Colaborar com a Provedora do Aluno no sentido de atenuar algumas necessidades relacionadas com situações de carência económica	Planeamento e Implementação ao longo do ano letivo	Reunião Conselho consultivo PAA Atas das reuniões de Conselho de Turma e da EMAEI Relatórios nos Processos Individuais dos Alunos

2. Definição dos objetivos e metas a alcançar na gestão de oferta de EFP

A EPA pretende construir-se constantemente como um espaço formativo ativo e dinâmico, onde os seus alunos possam de forma efetiva obter sucesso, desempenhando com rigor técnico as suas profissões e exercendo responsável e ativamente a sua cidadania.

São objetivos estratégicos da EPA:

- Promover o sucesso escolar dos seus alunos

Objetivos Operacionais	Indicador	Metas			Evidências
		20/21	21/22	22/23	
Aumentar a taxa de conclusão	Taxa de conclusão no ciclo de formação	52%	55%	60%	Sistema de gestão de alunos Mapa de controlo de indicadores
Reduzir as desistências e abandono escolar	Taxa de desistências e abandono escolar	36%	35%	30%	Sistema de gestão de alunos Mapa de controlo de indicadores
Aumentar o número de alunos que prosseguem estudos	Taxa de Prosseguimento de Estudos	16%	19%	20%	Mapa de controlo de indicadores
Diminuir o número de alunos com módulos em atraso	Taxa de alunos com, pelo menos, um módulo em atraso	30%	25%	25%	Sistema de gestão de alunos Mapa de controlo de indicadores

- Promover a generalização de práticas pedagógicas inovadoras que fomentem o gosto pela investigação e inovação e o estímulo da autonomia e do pensamento crítico

Objetivos Operacionais	Indicador	Metas			Evidências
		20/21	21/22	22/23	
Promover a formação do corpo docente e a formação interpares	Total de ações de formação frequentadas por formadores	40	40	40	certificados de formação no processo individual Mapa de controlo de indicadores
Promover práticas pedagógicas inovadoras	Grau de cumprimento do Plano Anual de Atividades (P.A.A.)	90%	90%	90%	Mapa de controlo de indicadores Relatório Anual de Atividades

- **Afirmar a EPA como referência na comunidade e no tecido empresarial**

Objetivos Operacionais	Indicador	Metas			Evidências
		20/21	21/22	22/23	
Aumentar a Taxa de colocação após a conclusão do curso	Taxa de empregabilidade	85%	85%	85%	Inquérito após a conclusão do curso Mapa de controlo de indicadores
	Grau de satisfação dos empregadores	90%	90%	90%	Inquérito Mapa de controlo de indicadores
Incrementar o número de parcerias	Número de parcerias ativas	55	60	65	Mapa de controlo de indicadores
Aferir o grau de satisfação das empresas	Grau de satisfação das empresas de acolhimento	80%	80%	80%	Inquérito Mapa de controlo de indicadores
Aferir o grau de satisfação de alunos e profs.	Grau de satisfação dos utentes com os serviços administrativos	80%	80%	80%	Inquéritos Mapa de controlo de indicadores
Aferir o grau de satisfação dos colaboradores	Grau de satisfação dos colaboradores em relação à Escola	80%	80%	80%	Inquéritos Mapa de controlo de indicadores
Aferir o grau de satisfação dos Alunos	Grau de satisfação dos Alunos em relação à Escola	80%	80%	80%	Inquéritos Mapa de controlo de indicadores
Aferir o grau de Satisfação dos Encarregados de Educação	Grau de Satisfação dos Encarregados de Educação em relação à Escola	80%	80%	80%	Inquéritos Mapa de controlo de indicadores
Aferir a empregabilidade dos diplomados	Taxa de alunos diplomados a exercer profissões na área do curso	75%	75%	75%	Inquéritos Mapa de controlo de indicadores
	Taxa de alunos diplomados a exercer profissões noutras áreas	25%	25%	25%	Inquéritos Mapa de controlo de indicadores

3. Definição dos indicadores a utilizar face aos objetivos e metas a alcançar na gestão da oferta de EFP

O Quadro EQAVET inclui um vasto conjunto de indicadores neste primeiro ciclo. Uma vez que se trata da primeira incursão da EPA na implementação de um sistema de qualidade, optou-se por uma concentração nos quatro indicadores priorizados pela ANQEP que de seguida se enunciam. É de acrescentar, no entanto, que com vista à consecução dos nossos objetivos e metas foram considerados outros indicadores, já explicitados no ponto anterior.

No que respeita aos indicadores priorizados pela ANQEP, verifica-se o seguinte:

- Taxa de conclusão em cursos EFP (indicador n.º 4 do EQAVET)
 - ◆ Percentagem de alunos/formandos que completam os cursos de EFP relativamente ao total de alunos/formandos que ingressaram nesses cursos;
- Taxa de colocação após a conclusão dos cursos de EFP (indicador n.º 5 do EQAVET)
 - ◆ Proporção de alunos/formandos que completam os cursos de EFP e que estão no mercado de trabalho, em formação ou outros destinos, no período entre os 12 e os 36 meses após a conclusão do curso;
- Utilização de competências adquiridas no local de trabalho (indicador n.º 6 do EQAVET)
 - ◆ Percentagem de alunos/formandos que completam os cursos EFP e que trabalham em profissões diretamente relacionadas com a área do curso que concluíram;
 - ◆ Percentagem de empregadores satisfeitos com os formandos que completaram um curso EFP.

4. Identificação dos descritores EQAVET a utilizar face aos objetivos e metas a alcançar na gestão da oferta de EFP

O ciclo da qualidade ou de melhoria estrutura-se em 4 fases iterativas e dependentes umas das outras, tendo como objetivo gerar processos de aprendizagem, de garantia e melhoria da qualidade. Assim, constituem-se como um instrumento fulcral no desenvolvimento de ações a implementar e no controlo de processos. O seu foco principal é a agilização dos processos tornando-os mais claros, objetivos e eficazes.

Os descritores utilizados são os que constam do anexo I do Referencial Para o Alinhamento com o Quadro EQAVET. Estes descritores/práticas de gestão de EFP, aplicados em função das necessidades, estão organizados segundo as quatro fases do ciclo de qualidade.

Fase 1 - Planeamento

- As metas/objetivos políticos europeus, nacionais e regionais são refletidos nos objetivos locais fixados pelos prestadores de EFP.
- São fixados e supervisionados metas/objetivos explícitos.
- É organizada uma consulta permanente com as partes interessadas a fim de identificar necessidades locais/individuais específicas.
- As responsabilidades em matéria de gestão e de desenvolvimento da qualidade foram explicitamente atribuídas.
- O pessoal participa desde o início do processo no planeamento, nomeadamente no que se refere a desenvolvimento da qualidade.
- Os prestadores planeiam iniciativas de cooperação com outros prestadores de EFP.
- As partes interessadas participam no processo de análise das necessidades locais.
- Os prestadores de EFP dispõem de um sistema de garantia de qualidade explícito e transparente.

Fase 2 - Implementação

- Os recursos são adequadamente calculados/atribuídos a nível interno tendo em vista alcançar os objetivos traçados nos planos de aplicação.
- São apoiadas de modo explícito parcerias pertinentes e abrangentes para levar a cabo as ações previstas.
- O plano estratégico para desenvolvimento das competências do pessoal indica a necessidade de formação para professores e formadores.
- O pessoal frequenta regularmente formação e desenvolve cooperação com as partes interessadas externas com vista a apoiar o desenvolvimento de capacidades e a melhoria da qualidade e a reforçar o desempenho.

Fase 3 - Avaliação

- A autoavaliação é efetuada periodicamente de acordo com os quadros regulamentares regionais ou nacionais, ou por iniciativa dos prestadores de EFP.
- A avaliação e a revisão abrangem os processos e os resultados do ensino, incluindo a avaliação da satisfação do formando, assim como o desempenho e satisfação do pessoal.
- A avaliação e a revisão incluem mecanismos adequados e eficazes para envolver as partes interessadas a nível interno e externo.
- São implementados sistemas de alerta rápido.

Fase 4 - Revisão

→ São recolhidas impressões dos formandos sobre as suas experiências individuais de aprendizagem e o ambiente de aprendizagem e ensino. São utilizadas conjuntamente com as impressões dos professores, para inspirar novas ações.

→ É dado amplo conhecimento público da informação sobre os resultados da revisão.

→ Os procedimentos de recolha de feedback e de revisão fazem parte de um processo estratégico de aprendizagem da organização.

O processo de implementação do Sistema Eqavet pressupõe como ponto de partida a reflexão e análise da situação concreta da EPA, anterior ao início do processo. Desta forma, proceder-se-á a análise diagnóstica de cada uma das fases, considerando as práticas de formação e de gestão desenvolvidas na Escola até esse momento.



A Escola Profissional de Almada há muito que se preocupa com as questões da qualidade e da importância do seu papel na Comunidade, ainda que sem um processo de qualidade formalmente implementado. Assim, as várias fases do processo estão presentes na gestão de EFP das quais, seguidamente, apresentaremos algumas ações.

Fase 1 - Planeamento

Esta fase reveste-se de especial importância no início do alinhamento, pois será o suporte de todo o trabalho a desenvolver no âmbito deste processo, assegurando a pertinência da ação e a sua conexão com os objetivos e metas a atingir.

O planeamento deverá retratar a visão estratégica do operador relativamente à sua realidade e objetivos futuros que resultam também da auscultação dos stakeholders internos e externos. Assim, deverá ser previamente comunicado a toda a comunidade, como forma de promover a participação de todos num projeto que é comum.

Ao longo desta etapa, o operador seleciona os indicadores a averiguar, a forma de recolha da informação, definindo-se responsáveis, processos, a calendarização e, quando necessário, os recursos.

As informações recolhidas com base nos indicadores constituirão a base da definição clara e direta de metas e objetivos a curto e médio prazo, permitindo criar um plano de intervenção com a adoção de ajustes e melhorias fundamentadas nas práticas de gestão, em que as várias ações são explicitadas, bem como a forma de as operacionalizar. Para além disso, são distribuídas funções pelos vários intervenientes, sendo que a atribuição de responsabilidades em matéria de garantia da qualidade é clara para todos os elementos que integram a equipa e está descrita no regulamento da equipa de qualidade.

✓ Seleção dos cursos e turmas por ano letivo

A proposta inicial da oferta formativa da EPA é construída tendo em consideração vários aspetos, entre os quais as necessidades apontadas pelos stakeholders externos, os recursos materiais e humanos que a Escola possui ou poderá possuir e, também, as áreas de preferência manifestadas pelos jovens e as suas famílias que nos procuram.

Os protocolos de colaboração com as nossas empresas parceiras permitem-nos também aferir, mesmo que informalmente, as suas necessidades reais, nomeadamente no que respeita a saídas profissionais e adaptações curriculares ou tecnológicas. Mas também, frequentemente, a EPA é contactada por diversas vias, por empresas de várias áreas solicitando alunos para a realização de FCT e também de diplomados para entrada no mercado de trabalho.

Apesar da oferta formativa ter em consideração as necessidades reais do mercado de trabalho, sobretudo do meio envolvente à Escola, e os objetivos estratégicos definidos quer a nível nacional quer a nível europeu, o sistema atualmente implementado pelo Ministério da Educação limita a nossa capacidade de adequação às necessidades, uma vez que anualmente a atribuição de novas turmas é feita em função, não na identificação das necessidades apuradas a nível local a partir da nossa relação com os stakeholders, mas sim da imposição dos resultados do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ), aos quais a Escola é alheia e não tem intervenção.

A oferta formativa final é ajustada em reuniões de rede da DGEstE, sendo esta que efetivamente define quais são as ofertas que a Escola pode ter.

A definição da oferta formativa para o ano letivo seguinte é da responsabilidade da Direção, iniciando-se o processo em abril.

Apesar desta realidade, a Escola sempre procurou ter uma oferta útil, conseguindo obter autorizações de funcionamento de cursos relativamente aos quais existe pouca oferta e que correspondem àquilo que são as necessidades do país e da região, acompanhando, para tal, não só o resultado dos contactos com os stakeholders externos, nomeadamente as empresas, mas também mantendo-se atualizada em relação àqueles que são os objetivos estratégicos de desenvolvimento estabelecidos a nível de instâncias internacionais:

Strategy for Technical and Vocational Education and Training (TVET) (2016-2021), in

<https://en.unesco.org/sites/default/files/tvet.pdf>

Council Recommendation of 24 November 2020, on vocational education and training (VET) for sustainable competitiveness, social fairness and resilience,

<https://eurlex.europa.eu/legalcontent/EN/TXT/?qid=1606987593071&uri=CELEX%3A32020H1202%2801%29;>

Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale Do Tejo Competitividade Internacional E Coesão Territorial E Social, da RlvT 2030, in <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/rlvt2030---para-a-estrategia-2030-da-regiao-de-lisboa-e-vale-do-tejo/10163.htm>

✓ **Constituição das turmas**

A constituição das turmas é feita após a divulgação da oferta formativa da EPA junto das escolas limítrofes e da comunidade em geral, através das redes sociais e página de internet, e apresentação da Escola e dos cursos. Após a pré-inscrição efetuada pelos candidatos, procede-se à seleção através de entrevista individual.

Este processo é gerido pela Direção Pedagógica, durante os meses de junho e julho.

✓ **Equipamentos, materiais e espaços/laboratórios**

A Escola Profissional de Almada possui todos os meios e equipamentos necessários ao desenvolvimento da sua atividade formativa. Até ao início das atividades letivas, após a definição da oferta formativa, é feito pelos coordenadores de curso o levantamento do estado dos recursos e do material necessário para o desenvolvimento da formação.

Compete à Direção Administrativa e Financeira a aprovação e aquisição dos materiais.

✓ **Equipas pedagógicas**

A constituição das equipas pedagógicas compete à Direção Pedagógica, atendendo ao perfil de competências dos seus colaboradores que mais se adequa aos respetivos cursos, tendo em consideração, nomeadamente, a experiência profissional. Assim, anualmente, são nomeados pelo Diretor: o Coordenador Pedagógico, os Coordenadores de Curso, o Coordenador dos Diretores de Turma, o Coordenador da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, o Coordenador do Projeto Erasmus+, o Coordenador da Equipa de Gestão da Qualidade e os Diretores de Turma.

No início do ano letivo a Direção Pedagógica convoca uma reunião geral de professores para apresentação das equipas pedagógicas, das orientações para esse ano, dos resultados de alguns indicadores dos anos letivos anteriores e definição das metas a atingir.

As estratégias e atividades que visam prosseguir as metas definidas são analisadas e propostas à Direção Pedagógica, que as aprova, passando a constituir as orientações para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem ao longo do ano letivo.

✓ Plano Anual de Atividades

O Plano anual de atividades contempla o conjunto de atividades a desenvolver ao longo do ano letivo de acordo com os objetivos estratégicos definidos. Nestas atividades está incluída a calendarização dos vários momentos de gestão pedagógica, de avaliação, bem como as atividades pedagógicas a desenvolver (visitas de estudo, projetos, entre outros). O responsável pela elaboração deste Plano é a Direção Pedagógica.

Fase 2 – Implementação

A fase de implementação consiste na execução das ações e medidas determinadas no plano de ação, de acordo com o definido na fase de planeamento e contando com a participação de todos os envolvidos.

Na fase de implementação e no que diz respeito à visão estratégica e visibilidade dos processos e resultados na gestão da EFP, os recursos humanos e materiais/financeiros da Escola são atribuídos tendo em conta os objetivos e metas fixados nos planos de ação.

As ações de formação contínua disponibilizadas a pessoal docente e não docente vão de encontro a necessidades de desenvolvimento de competências profissionais e visam também o prosseguimento de alguns objetivos estratégicos. As evidências destas ações de formação encontram-se nos respetivos planos.

Nesta fase de implementação, face aos objetivos e metas estabelecidos são desenvolvidas atividades de gestão pedagógica, relação Escola-meio, gestão administrativa e financeira, e de recursos humanos e materiais.

A implementação dos mecanismos de controlo é extremamente importante nesta fase, uma vez que é ela que nos vai permitir monitorizar a adequação dos resultados às metas, bem como detetar possíveis desvios e efetuar as devidas correções.

A monitorização efetua-se através dos dados disponibilizados no programa de gestão de alunos (eSchooling) e dos inquéritos de satisfação aplicados. Esta tarefa é da responsabilidade da Equipa de Gestão da Qualidade que apresenta os resultados obtidos à Direção Pedagógica. Esta monitorização é gerida com recurso ao Mapa de Controlo de indicadores.

Fase 3 – Avaliação

A fase da avaliação adquire especial relevância neste processo, pois é onde serão recolhidos os dados e informações que nos permitem tirar conclusões acerca do cumprimento dos objetivos inicialmente traçados e, simultaneamente, obter dados concretos para uma reflexão mais profunda. A avaliação deste processo da qualidade pressupõe um caráter objetivo e transparente, alicerçado em evidências.

A avaliação deve recair não só sobre os resultados atingidos, mas também sobre os processos implementados, pelo que é de manifesta importância a definição prévia dos indicadores a avaliar e dos processos de auscultação a adotar nesta fase.

Os mecanismos de controlo são desencadeados desde o início das atividades letivas. Tendo em vista os objetivos estratégicos definidos e as áreas de melhoria que elegemos como prioritárias, o controlo da assiduidade e do aproveitamento constitui, desde logo, a nossa principal preocupação. A monitorização destes dois aspetos está a cargo da Direção Pedagógica, à qual os diretores de turma e os coordenadores de curso têm de reportar, informando com uma periodicidade semanal (assiduidade) e mensal (aproveitamento). Ainda dentro deste âmbito, a realização de reuniões periódicas – Conselhos de Turma Intercalares, de final de período, Conselhos de Curso e da Equipa da Gestão da Qualidade e da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva – são igualmente momentos de diagnóstico, permitindo a adoção de ações necessárias à prossecução dos objetivos definidos.

A avaliação do grau de satisfação dos diversos stakeholders insere-se também nesta fase, sendo aplicados inquéritos, tratados estatisticamente pela Equipa de Gestão da Qualidade, cujos resultados são analisados em reunião de Direção por forma a melhorá-los na fase seguinte. A sua divulgação é feita interna e externamente através da página eletrónica da EPA.

Fase 4- Revisão

Na fase da revisão, os resultados da avaliação permitem a identificação não só de fragilidades, mas também de boas práticas a manter. Por esse motivo é importante o rigor na definição dos objetivos na fase do planeamento e na análise dos dados apurados, ponderando sobre eventuais desvios e considerando ações de melhoria a ter em conta nesta etapa.

No que respeita à visão estratégica e visibilidade dos processos e resultados na gestão da EFP, os resultados da avaliação são dados a conhecer publicamente, de forma parcial, nos canais de comunicação da Escola, designadamente na sua página eletrónica.

5. Explicitação das metodologias de recolhas de dados e feedback relativos aos indicadores e descritores em uso na gestão da oferta de EFP

A recolha de dados relativos ao indicador n.º 4 do EQAVET (Taxa de conclusão em cursos EFP) é feita a partir do programa de gestão de alunos *eSchooling*. Essa recolha é da responsabilidade da equipa de Gestão da Qualidade que efetua o tratamento dos dados.

No que diz respeito ao indicador n.º 5 e 6a do EQAVET (Taxa de colocação após a conclusão dos cursos de EFP e Percentagem de alunos/formandos que completam um curso EFP e que trabalham em profissões diretamente relacionadas com a área do curso que concluíram) começou a ser preparado um inquérito para disponibilizar *online* para ser respondido pelos alunos. No entanto, considerou-se que neste cenário pandémico que vivemos, para a Escola obter estes resultados seria necessário adotar uma estratégia mais célere e eficaz. Assim, a equipa de gestão da qualidade optou por estabelecer com todos estes alunos, um contacto telefónico e realizar oralmente este inquérito. No próximo ano, otimistas quanto à pandemia, pretendemos regressar ao modelo de inquérito online ou por email. Os dados recolhidos são tratados pela equipa de gestão da qualidade.

Quanto ao indicador n.º 6b do EQAVET (Percentagem de empregadores satisfeitos com os formandos que completaram um curso EFP), pela razão atrás explicada, optou-se por adotar o mesmo sistema de contacto telefónico. Os dados recolhidos são tratados pela equipa de gestão da qualidade.

Os outros indicadores são recolhidos, periodicamente, pelos responsáveis, de acordo com a sua especificidade, e analisados pela equipa de gestão da qualidade. Todos os dados serão organizados numa pasta virtual, partilhada pelo grupo da Qualidade, para análise e discussão, garantindo a adoção/reformulação de estratégias com vista à consecução dos objetivos e metas estabelecidas.

6. Explicitação das estratégias de monitorização dos processos e resultados na gestão da oferta de EFP

A monitorização dos processos implementados é realizada com regularidade, procurando que o controlo e acompanhamento ao longo do ano letivo permitam a adoção de estratégias corretivas e consequentemente se evitem desvios.

Monitorização:

Indicadores	Periodicidade	Responsável
Taxa de conclusão no ciclo de formação	Anual	Direção Pedagógica
Taxa de desistências e abandono escolar	Mensal	Direção Pedagógica
Taxa de prosseguimento de estudos	Anual	Direção Pedagógica
Taxa de alunos com, pelo menos, um módulo em atraso	Mensal	Direção Pedagógica
Total de ações de formação frequentadas pelos formadores	Anual	Direção
Grau de cumprimento do Plano Anual de Atividades (P.A.A.)	Trimestral	Direção Pedagógica
Taxa de empregabilidade	Anual	Direção Pedagógica
Grau de satisfação dos empregadores	Anual	Direção Pedagógica
Número de parcerias ativas	Anual	Direção
Grau de satisfação das empresas de acolhimento	Anual	Direção Pedagógica
Grau de satisfação dos utentes com os serviços administrativos	Anual	Direção Administrativa e Financeira
Grau de satisfação dos colaboradores em relação à Escola	Anual	Direção
Grau de satisfação dos Alunos em relação à Escola	Anual	Direção
Grau de satisfação dos Encarregados de Educação em relação à Escola	Anual	Direção
Taxa de alunos diplomados empregados que exercem profissões relacionadas com o curso	Anual	Direção Pedagógica
Taxa de alunos diplomados empregados que exercem profissões não relacionadas com o curso	Anual	Direção Pedagógica

O número de módulos em atraso é monitorizado mensalmente pelos coordenadores de curso, sendo que nas reuniões de avaliação periódica e intermédia, de acordo com o balanço, é elaborado o plano de recuperação de módulos.

No final de cada ano analisam-se os resultados dos indicadores com o objetivo de se definir um plano de melhoria por forma a alcançar os objetivos e metas definidos, e de se estabelecerem novos

objetivos para o ano seguinte. Para isso, nesse momento é entregue pelos grupos disciplinares, por cada Diretor de Turma, pelo Gabinete de Apoio ao Aluno - Gabinete de Psicologia e Provedor do Aluno, à EMAEI, por cada Coordenador de Curso e pela Coordenação Pedagógica, um relatório que deverá conter informação específica de cada área de atividade, conforme indicado abaixo:

- **Relatório Crítico Anual do Diretor de Turma:** Caracterização de turma (número de alunos, média de idades, número de alunos com módulos em atraso, casos com processo disciplinar, desistências formalizadas na secretaria); Relação estabelecida com os alunos; Visitas de Estudo, participação em Projetos e Intercâmbios ou outras atividades que promoveram a formação integral do aluno; alunos encaminhados para a EMAEI e qual a resposta dada pela escola; Atividades desenvolvidas para superar conflitos comportamentais, problemas disciplinares e dificuldades de aprendizagem; Identificação dos alunos que fizeram parte do quadro de mérito; Forma como se processou a informação sobre a turma em geral e dos alunos em particular; Contactos estabelecidos com o exterior (tribunais, CPCJ, ...) e com os Encarregados de Educação; Estratégias desenvolvidas para trazer à escola Encarregados de Educação que raramente comparecem; Existência de contactos com os Encarregados de Educação de alunos com problemas de assiduidade, aproveitamento ou comportamento; Reflexão sobre o tipo de relação estabelecida; e informações relevantes a transmitir ao futuro DT (para DT de turmas dos 1^{os} e 2^{os} anos).

- **Relatório Final de Grupo Disciplinar:** Cumprimento/ não cumprimento do programa nas diversas disciplinas/ módulos. Em caso de não cumprimento, quais as razões (programa demasiado extenso, falta de pré-requisitos, etc.); pertinência do conteúdo dos módulos, carga horária semanal/anual, distribuição turmas-professores; Sugestões de alterações: ordem dos módulos, carga horária, conteúdos programáticos, metodologia(s) e avaliação; Atividades propostas pelo Grupo Disciplinar e desenvolvidas pelos alunos.

- **Relatório Anual de Acompanhamento no Gabinete de Psicologia:** alunos encaminhados para a EMAEI e avaliados pelo serviço; alunos com apoio psicopedagógico individual ou tutoria temporária preventiva, colaborações do Gabinete, na área de especialidade, em articulação com outros órgãos/serviços/projetos da Escola e outras entidades e serviços especializados do meio envolvente;

- **Relatório Anual do Provedor do Aluno:** alunos que foram assinalados e encaminhados pela equipa EMAEI, resposta da escola à situação e contactos externos realizados (segurança social, câmaras municipais, paróquias, etc), resultados obtidos, fazer recomendações genéricas para o ano letivo seguinte tendo em vista acautelar os interesses dos alunos.

- **Relatório Anual do Coordenador de Curso:** Contactos estabelecidos com empresas do sector do curso; balanço dos estágios e da realização/não realização, identificação de alunos que não reuniram condições de realizar PAP, identificação de necessidades de equipamentos/manutenção para a componente técnica e propostas de adaptações curriculares, planeamento e execução do Projeto de Turma, execução do Plano de Atividades do Curso, acompanhamento e monitorização do cumprimento do Plano Curricular dos Cursos.

- **Relatório de atividades da Direção Pedagógica:** efetua o balanço global a partir dos dados recolhidos pela gestão intermédia (diretores de turma, coordenadores de curso e de departamento, Gabinete de Apoio ao Aluno, EMAEI,) e garante a monitorização dos dados observáveis através da plataforma de gestão de alunos. Contempla também a formação contínua do corpo docente (em formação externa e formação inter pares); incentivo ao recurso de tecnologias educacionais como por exemplo os laboratórios de aprendizagem disponíveis na escola, a plataforma Moodle; estratégias de comunicação externa e interna da escola, gestão da EMAEI.

- **Documento de Revisão da Equipa de Gestão da Qualidade:** terminada a recolha de todos os indicadores dos processos, procede à análise dos resultados. Mediante a informação recolhida nestes relatórios e a informação resultante da monitorização dos processos (resultados dos indicadores), é elaborado um documento de revisão que servirá de base à criação de planos de melhoria e à organização do ano letivo seguinte. O Conselho Consultivo será chamado a participar com os contributos dos stakeholders no plano de melhoria e planeamento do ano letivo seguinte.

7. Explicitação das metodologias para análise contextualizada dos resultados alcançados e definição de melhorias a introduzir na gestão EFP

A equipa responsável pela qualidade é simultaneamente a equipa de coordenação pelo que em todas as reuniões do grupo são analisados e discutidos parâmetros, indicadores, atividades, por forma a verificar o seu cumprimento, potenciais desvios e, se necessário, discutir a adoção de estratégias que conduzam a processos de melhoria.

Os relatórios de fim de ano letivo também permitem analisar os resultados finais obtidos e delinear mais objetivamente as estratégias para o ano letivo seguinte.

No final de cada ano letivo, a Direção pedagógica compila um relatório de análise de todas as atividades da escola. Nesse relatório é feita uma análise do desempenho do plano anual de atividades, dos principais indicadores pedagógicos como, taxas de conclusão, taxas de empregabilidade e prosseguimento de estudos, módulos em atraso, entre outros. São também tidos em conta outros

indicadores recolhidos ao longo do ano tais como a satisfação dos alunos, encarregados de educação e restantes stakeholders, número de reclamações.

Todos os dados desse relatório são analisados em Conselho Pedagógico e em reunião do Conselho Consultivo de modo a obter as opiniões de todos os stakeholders. Caso sejam verificados desvios, é criado, com a participação de todos os stakeholders, um plano de ações de melhoria, baseado nos resultados dos indicadores onde são delineadas ações de melhoria a implementar no ano letivo seguinte.

As conclusões decorrentes desse relatório de autoavaliação serão divulgadas no final de cada ano escolar, nomeadamente no Conselho Pedagógico, de modo a poder recolher sugestões que permitam a melhoria dos resultados obtidos.

Após recolhidos estes contributos, são criados planos de melhoria. A eficácia dessas ações é medida após a implementação, em períodos definidos também no plano e o resultado das ações é partilhado com os stakeholders através dos canais de comunicação da escola, mais adequados para o efeito.

8. Definição da informação a disponibilizar relativa à melhoria contínua da oferta de EFP, sua periodicidade e formas de divulgação

No decorrer do ano letivo são realizadas reuniões periódicas da equipa da qualidade que visam a análise e a definição de estratégias que permitam atingir os objetivos e metas. Os resultados e estratégias são regularmente publicitados em reuniões de Direção pedagógica e de Conselho de Curso ou de Turma para servirem como alicerce para as intervenções a efetivar.

No final do ano/início do ano letivo seguinte, os resultados são apresentados e discutidos por todos em reunião geral de professores.

Por último, os resultados alcançados e os documentos base e plano de ação serão partilhados com todas as partes interessadas e publicados na página de internet da Escola (epalmada.pt), procurando o contributo de todos na implementação das práticas de melhoria contínua e simultaneamente colocar à disposição de todos os intervenientes no processo de ensino e formação da Escola Profissional de Almada um guia de orientação para a ação.

9. Estratégia de Comunicação e Divulgação dos Resultados

A estratégia de comunicação e divulgação dos resultados alcançados será realizada no Conselho Consultivo, na página institucional da Escola. Deste modo será possível proceder à divulgação de resultados junto de formandos, formadores, encarregados de educação, trabalhadores, comunidade educativa e qualquer elemento do público geral que possa ter interesse em conhecer estes dados.

Os documentos que serão divulgados para o público em geral, para além do Projeto Educativo de Escola e do Relatório de Atividades Anual, são o Documento-Base, o Plano de Ação e o Plano de Melhoria, com o respetivo planeamento.

Internamente, os resultados são apresentados e analisados no Conselho Pedagógico, Conselhos de Curso e Conselhos de Turma.

PARTE 3- CONCLUSÃO

Embora este processo de implementação do sistema de qualidade já tivesse sido iniciado informalmente há alguns anos, a pandemia causada pela doença COVID-19, para além de ser um grave problema de saúde pública que obrigou a uma resposta das escolas no plano da prevenção e preservação da saúde de toda a comunidade escolar, provocou inúmeras consequências ao nível da organização da escola e das suas práticas pedagógicas, e motivou ao longo dos últimos meses a adoção de um vasto leque de medidas excecionais.

Este documento constitui a base estruturante para a promoção da melhoria contínua dos processos e dos resultados do ensino ministrado na Escola Profissional de Almada. Contém os objetivos estratégicos deste estabelecimento e assume o compromisso da Escola com a qualidade do seu ensino.

Almada, 6 de janeiro de 2021



Diretor